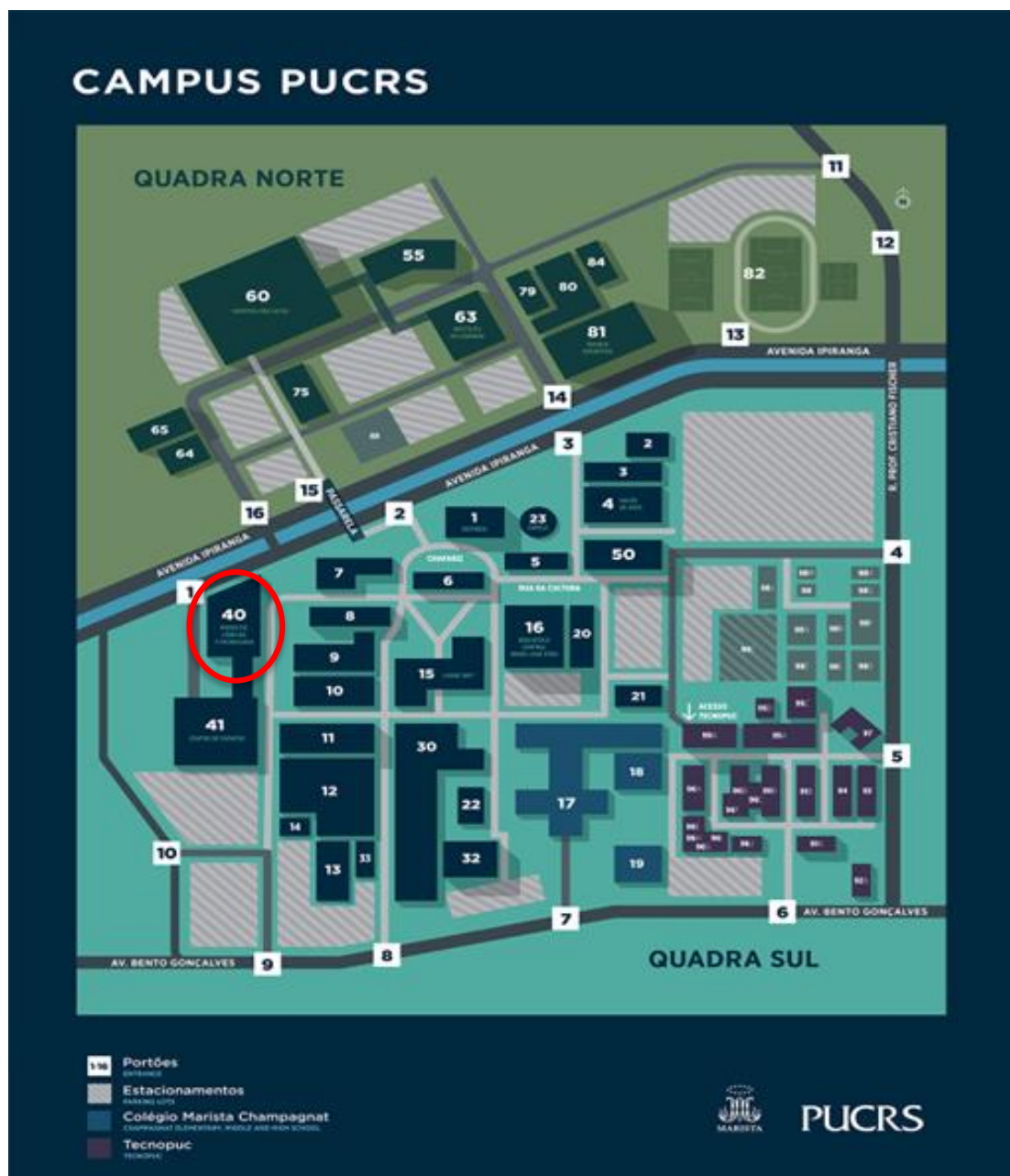


LISTA DE SALAS DOS GRUPOS DE TRABALHO

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. Prezados/as autores/as, comunicamos que os Grupos de Trabalho ocorrerão no PRÉDIO 40.
2. O trabalho deverá ser apresentado por autor/a devidamente inscrito. No certificado constarão os dados de trabalho (título, nome do autor, nome dos coautores e orientador, desde que o autor tenha cadastrado todos os componentes no momento da inscrição). Caso um coautor deseje participar do evento, e também apresentar, deverá estar inscrito no evento
3. Qualquer problema com relação à inscrição deve ser realizado contato mediante preenchimento do formulário FALE CONOSCO constante ao final da página do site oficial do evento.



GT 1 - POVOS INDÍGENAS E JUSTIÇA CRIMINAL: (RE)PENSANDO OS SISTEMAS ESTATAIS PUNITIVOS E ALTERNATIVOS PARA O SÉCULO XXI

SALA 604 (PRÉDIO 40)

Horário: 13h30 às 17h30

Coordenadores(as):

- Caíque Ribeiro Galícia
- Tédney Moreira da Silva

1) POVOS INDÍGENAS E PRISÃO: RELATOS DE PROJETO DE EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA EM CASOS DE INDÍGENAS PRESOS NO MATO GROSSO DO SUL

2) ALCANCES E LIMITES DA RESOLUÇÃO Nº 287/2019 DO CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA NO ACESSO À JUSTIÇA DOS GUARANI E KAIOWÁ PRESOS NO SUL
DE MATO GROSSO DO SUL

3) AUTODEFESA E RETOMADA: VIOLÊNCIA NA LUTA PELAS TERRAS INDÍGENAS
NO MATO GROSSO DO SUL

4) A VIOLÊNCIA ESTATAL E POVOS INDÍGENAS: UM ESTUDO SOBRE O TRÁFICO
DE DROGAS E A POPULAÇÃO INDÍGENA EM DOURADOS/MS

GT 2 - POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS NO BRASIL: LEGISLAÇÃO, IMPACTOS E ALTERNATIVAS

SALA 605 (PRÉDIO 40)

Horário: 13h30 às 17h30

Coordenadores(as):

- Laura Girardi Hypolito
- Ana Carolina Proença

- 1) JUVENTUDES E PRISÕES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LEI DE DROGAS
- 2) A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE ANTE O ARTIGO 28 DA LEI DE DROGAS
- 3) VOLTA ÀS TEORIAS LOMBROSIANAS NA SOCIEDADE ATUAL
- 4) “ELE TEM PERSONALIDADE DISTORCIDA E VOLTADA PARA O CRIME”: A SUPERVALORIZAÇÃO DO DEPOIMENTO POLICIAL EM PROCESSOS CRIMINAIS DE TRÁFICO DE DROGAS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO
- 5) FUNDADA SUSPEITA E ABORDAGEM POLICIAL: UMA ANÁLISE DOS CRITÉRIOS AUTORIZADORES DA BUSCA PESSOAL A PARTIR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE O RHC 158.580/BA NO DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS

GT 3 - TECNOPOLÍTICAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

SALA 609 (PRÉDIO 40)

Horário: 13h30 às 17h30

Coordenadores(as):

- Felipe Lazzari da Silveira
- Aknaton Toczec Souza
- Pablo Ornelas Rosa

1) A EXCLUDENTE DE ILICITUDE PARA POLICIAIS: A REDUÇÃO DA LETALIDADE POLICIAL APÓS O USO DAS CÂMERAS CORPORAIS

2) DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA A PARTIR DO USO DE RECONHECIMENTO FACIAL NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

3) DECOLONIZANDO ALGORITMOS: A NECESSIDADE DE RUPTURA COM VIESES RACIALIZADOS EM FERRAMENTAS DE POLÍTICA CRIMINAL

4) A EFETIVIDADE DA ATUAÇÃO MUNICIPAL EM SEGURANÇA PÚBLICA: PELOTAS NO CENTRO DA DISCUSSÃO

5) PL DAS FAKE NEWS: ANONIMATO E RESISTÊNCIA POLÍTICA

6) E-CARCERATION À BRASILEIRA: BREVES NOTAS SOBRE “NOVAS” TECNOLOGIAS DE CONTROLE SOCIAL

7) NOVAS FORMAS DE CONTROLE AOS CORPOS QUE GESTAM: BREVES REFLEXÕES SOBRE OS APLICATIVOS DE MONITORAMENTO DO CICLO MENSTRUAL E DA GRAVIDEZ

GT 4 - MAXIPROCESSOS CRIMINAIS

SALA 607 (PRÉDIO 40)

Horário: 13h30 às 17h30

Coordenadores(as):

- Mauro Fonseca Andrade
- Michael Schneider Flach
- Rodrigo da Silva Brandalise

1) O INSTITUTO MAXIPROCESSO CRIMINAL E SUA (IN)DEFINIÇÃO

2) ACORDOS PROCEDIMENTAIS: APLICAÇÃO E PARÂMETROS DE LEGALIDADE NO ÂMBITO DOS MAXIPROCESSOS CRIMINAIS

3) MAXIPROCESSOS CRIMINAIS E A NECESSÁRIA REGULAMENTAÇÃO PROCEDIMENTAL COMO GARANTIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL

4) O DEBATE SOBRE OS MEGAPROCESSOS NA VISÃO PORTUGUESA

5) A EXPANSÃO DOS MEGAPROCESSOS CRIMINAIS E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS

6) AS INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS NO MAXIPROCESSO CRIMINAL CASO BOATE KISS

7) INCIDENTE DE COMPLEXIDADE: EM BUSCA DE UMA ABORDAGEM PREVENTIVA

8) APONTAMENTOS SOBRE MACROVITIMIZAÇÃO, MEGAPROCESSO E O DIREITO DAS VÍTIMAS AO PROCESSO JUSTO: UM ESTUDO COM BASE NO CASO DA BOATE KISS

GT 5 - CRIMES SEXUAIS E SUAS IMPLICAÇÕES CRIMINOLÓGICAS NA ATUALIDADE – GT OCORERÁ EM DOIS TURNOS (MANHÃ E TARDE)

SALA 601 (PRÉDIO 40)

Manhã: 9h às 12h (artigos de 1 a 13)

Tarde: 13h30 às 17h30 (artigos de 14 a 26)

Coordenadores(as):

- Ney Fayet de Souza Júnior
- Roberta Eggert Poll
- Aline Pires de Souza Machado de Castilhos

1) A CULTURA DO ESTUPRO E A TUTELA PENAL NO BRASIL: A INCIDÊNCIA DOS CASOS DE ESTUPRO CONTRA A MULHER NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

2) A FRAUDE SEXUAL COMO CRIME: PROTEÇÃO DA AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL OU EXPANSÃO MORALISTA DO DIREITO PENAL?

3) A PERPETUAÇÃO DO ESTUPRO CONJUGAL: O PAPEL DAS ESTRUTURAS PATRIARCAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

4) A PORNOGRAFIA INFANTOJUVENIL EM MEIO AS NOVAS TECNOLOGIAS: O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

5) A PROIBIÇÃO DO RECONHECIMENTO DO CONSENTIMENTO À PRÁTICA SEXUAL VIOLA A DIGNIDADE SEXUAL DOS ADOLESCENTES?

6) A RELATIVIZAÇÃO DO ESTUPRO DE VULNERÁVEL À LUZ DA EXCEÇÃO DE ROMEU E JULIETA

7) A REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA EM SEDE DE CRIMES SEXUAIS. A POSSIBILIDADE DE REINSERÇÃO SOCIAL EM DELITOS DE NATUREZA BIOLÓGICA.

8) ABUSO SEXUAL INFANTIL

9) AFERIÇÃO DA VULNERABILIDADE POR EMBRIAGUEZ NO ESTUPRO DE VULNERÁVEL

10) ANÁLISE CRIMINOLÓGICA ACERCA DO ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM ÂMBITO FAMILIAR

- 11) ANÁLISE CRIMINOLÓGICA DO ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO À LUZ DAS RELAÇÕES DE PODER
- 12) ANÁLISE DA FLEXIBILIZAÇÃO DA SÚMULA 593 E SEUS IMPACTOS: BALANÇOS PRINCIPIOLÓGICOS E A SUA PROBLEMÁTICA APLICADA AO ESTUPRO DE VULNERÁVEL
- 13) CADEIA DE CUSTÓDIA E A IMPORTÂNCIA DA PROVA DIGITAL NOS CRIMES SEXUAIS – ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA VALORAÇÃO DA PROVA E O PROGRESSO JURÍDICO DIANTE DO USO DA TECNOLOGIA COMO INSTRUMENTO INDISPENSÁVEL PARA A ÁREA DO DIREITO
- 14) CRIMES SEXUAIS E EFEITOS MIDIÁTICOS NA SOCIEDADE
- 15) CRIMES SEXUAIS NO METAVERSO: A EVOLUÇÃO DA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE HUMANA NO ÂMBITO FEMININO EM JOGOS ONLINE
- 16) ESTUDO DA PROBLEMÁTICA DO TERMO “ATO LIBIDINOSO” FACE AO PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE: O CASO DA CONTEMPLAÇÃO LASCIVA E O DIREITO PENAL DO VALE-TUDO
- 17) ESTUPRO VIRTUAL: A TIPICIDADE DO CRIME NO CÓDIGO PENAL
- 18) IMPACTOS DA ROTA BIOCEÂNICA NOS CASOS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTOJUVENIL
- 19) O ASSÉDIO SEXUAL NA ERA DIGITAL: A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM JOGOS ONLINE
- 20) PEDOFILIA: “AMOR” DISFARÇADO EM DISTÚRBO E OBSESSÃO
- 21) PEDOFILIA NAS MÍDIAS DIGITAIS: IMPACTOS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE COMBATE
- 22) QUANDO O PORN NÃO É POR REVENGE: UMA ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO POR TERCEIRO DE CENA DE NUDEZ VEICULADA VOLUNTARIAMENTE EM REDE SOCIAL NOS LIMITES DO ART. 218-C DO CÓDIGO PENAL
- 23) RESPONSABILIDADES E CONSEQUÊNCIAS ACERCA DA FALSA DENÚNCIA DE ESTURPO E ABUSO SEXUAL
- 24) VIOLÊNCIA DE GÊNERO ONLINE: O GOLPE DOS ONLYFANS FALSOS E O CRIME DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER

25) VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

26) ESTUPRO DE VULNERÁVEL: A IRRELEVÂNCIA DO CONTATO FÍSICO PARA
CARACTERIZAÇÃO DO TIPO PENAL

GT 6 - POLÍTICA LEGISLATIVA PENAL: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

SALA 612 (PRÉDIO 40)

Horário: 13h30 às 17h30

Coordenadores(as):

- Chiavelli Fazenda Falavigno
- Marcelo Buttelli Ramos

1) AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NA POLÍTICA CRIMINAL LEGISLATIVA BRASILEIRA: ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA LEI DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (Lei n.12.850/13)

2) CRIMINALÍSTICA EM MOÇAMBIQUE, QUO VADIS!

3) CRIMINOLOGIA COGNITIVA: UMA ANÁLISE DOS VIESES COGNITIVOS E HEURÍSTICOS DO CRIME.

4) CIRURGIAS PLÁSTICAS COSMETOLÓGICAS FACIAIS E SUA OBSCURIDADE FACE A AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL QUE A LIMITE: UMA ANÁLISE DO CASO JUAN CARLOS ABADIAS.

5) DESAPARECIMENTO FORÇADO: UMA PRÁTICA SEM LEI

6) EM BUSCA DA RACIONALIDADE DA LEI PENAL: PROJETO DE LEI No 4376/2016 – LEI DE RESPONSABILIDADE POLÍTICO-CRIMINAL E SEU IMPACTO NA PRODUÇÃO LEGISLATIVA EM MATÉRIA PENAL

7) POLÍTICA CRIMINAL LEGISLATIVA NO BRASIL: O AVANÇO DE UM CAMPO AUTÔNOMO DE PESQUISA (2013-2023)

8) VADIAGEM, INDIGÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DO “SUJEITO CRIMINOSO” NO BRASIL

GT 7 - ENCARCERAMENTO E(M) GÊNERO: VIOLAÇÕES E DORES E(M) EXPERIÊNCIAS DE APRISIONAMENTO

SALA 613 (PRÉDIO 40)

Horário: 13h30 às 17h30

Coordenadores(as):

- Sarah Reis Puthin
- Priscila Vargas Mello
- Rowana Camargo

1) A FEMINIZAÇÃO DO ENCARCERAMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DOS MARCADORES SOCIAIS DA MAIOR POPULAÇÃO PRISIONAL FEMININA DO BRASIL

2) A SITUAÇÃO DA POLÍTICA DE ENCARCERAMENTO E GÊNERO: UMA PERSPECTIVA DO RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

3) O CÁRCERE E A MATERNIDADE: DIAGNÓSTICO DE VIOLAÇÕES HUMANAS

4) OLGA BENÁRIO PRESTES COMO PRISIONEIRA: INTERFACES ENTRE O HABEAS CORPUS N. 26.155 E O “DEVER SER” FEMININO NO CÁRCERE

5) POBREZA MENSTRUAL NO SISTEMA CARCERÁRIO ALAGOANO NOS ANOS DE 2021 E 2022

6) TRÁFICO DE DROGAS E ENCARCERAMENTO: ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES CONDICIONANTES DA CRIMINALIDADE EM ALAGOAS

GT 8 - DIREITOS, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PENAIS

SALA 602 (PRÉDIO 40)

Horário: 13h30 às 17h30

Coordenadores(as):

- Lígia Mori Madeira
- Guilherme Augusto Dornelles de Souza
- Kálita Hilário Trindade de Medeiros

1) A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA POLICIAL PELA MAGISTRATURA:
UMA PESQUISA EMPÍRICA

2) AS INVESTIDAS DAS GRANDES CORPORações SOBRE O MINÉRIO GAÚCHO:
PROVOCAÇÕES A PARTIR DA CRIMINOLOGIA VERDE

3) CÁRCERE E LEITURA: REFLEXÕES SOBRE PROJETO DE EXTENSÃO DE
REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA EM ESTABELECIMENTOS PENAIS DE CAMPO
GRANDE/MS

4) MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS NAS
POLÍTICAS JUDICIAIS: CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM DOS ARRANJOS DE
IMPLEMENTAÇÃO

5) O TRATO POLÍTICO-CRIMINAL DOS LINCHAMENTOS NO MARANHÃO: UMA
ANÁLISE SOBRE A (IN)EFICIÊNCIA DOS MECANISMOS ESTATAIS DE
SEGURANÇA PÚBLICA E SEUS EFEITOS A PARTIR DO CASO CLEDENILSON
PEREIRA DA SILVA

6) POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA VOLTADAS À FORMAÇÃO POLICIAL:
AVANÇOS E DESAFIOS NA SUA IMPLEMENTAÇÃO

7) REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA E MONITORAÇÃO ELETRÔNICA: ESTUDO
DE CASO A PARTIR DO PROJETO ASAS À LEITURA

8) O DIREITO PENAL COMUM: AS PONTES E A VIDA DE FRANZ EDUARD VON
LISZT, O INVENTOR.

GT 9 - DISCURSOS E PRÁTICAS AUTORITÁRIAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

SALA 614 (PRÉDIO 40)

Horário: 13h30 às 17h30

Coordenadores(as):

- Manuela Abath Valença
- Helena Rocha Coutinho de Castro
- Lênora Santos Peixoto

1) LIVRAMENTO CONDICIONAL E O BOM COMPORTAMENTO CARCERÁRIO: O VIÉS AUTORITÁRIO POR TRÁS DO JULGAMENTO DO TEMA REPETITIVO 1.161 PELO STJ E SUAS REPERCUSSÕES NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO PENAL

2) TUTELA COLETIVA DO STATUS LIBERTATIS: O HABEAS CORPUS COLETIVO COMO INSTRUMENTO CAPAZ DE CONDUZIR A LIBERDADE À SUA CONDIÇÃO FUNDAMENTAL DE REGRA

3) MANUTENÇÃO DE VELHOS COSTUMES E AUTORITARISMO: COMO PRÁTICAS POLICIAIS CONTRIBUEM PARA A MANUTENÇÃO DE UM PROCESSO PENAL ANTI DEMOCRÁTICO

4) DO SISTEMA DE NULIDADES À LA CARTE AO PAMPRINCIPIOLOGISMO – O AUTORITARISMO INSTRUMENTALISTA COMO ÓBICE AO DEVIDO PROCESSO LEGAL

5) EFICIÊNCIA E PRECEDENTES VINCULANTES NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: O AUTORITARISMO RESSIGNIFICADO PELO VIÉS DA ECONOMIA

6) JUVENICÍDIO E ESTEREOTIPAGEM DAS JUVENTUDES NA MÍDIA: (IN)VISIBILIDADE E TRAJETÓRIAS DE SUOR E SANGUE

7) “É O FATO DELE MORAR ALI”: DA CRIMINALIZAÇÃO SELETIVA DE ADOLESCENTES PERIFÉRICOS E OS ENTRUCAMENTOS DO PROCESSO (NÃO) PENAL

8) A MANIPULAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL NA OPERAÇÃO LAVA-JATO: A IMPOSSIBILIDADE DE CONVALIDAR OU RATIFICAR ATOS DECISÓRIOS EM CONTEXTOS DE BYPASS AO INQ NO 4.435-AGR-QUARTO/DF

9) DECISÃO JUDICIAL E LIVRE CONVENCIMENTO: A FUNÇÃO DO JUIZ

NO PROCESSO PENAL DE CARIZ ACUSATÓRIO

10) INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 226 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE DA CONTAMINAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO POLICIAL E DOS ERROS JUDICIAIS DERIVADOS DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS NO BRASIL

GT 10 - DIREITO PENAL E TECNOLOGIA

SALA 615 (PRÉDIO 40)

Horário: 13h30 às 17h30

Coordenadores(as):

- Fábio Roberto D'Avila
- Raccius Potter
- Thales de Andrade

1) A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DA PERSECUÇÃO PENAL: O TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS JURADOS NO JÚRI POPULAR

2) A UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO ENFRENTAMENTO AOS CRIMES TRANSNACIONAIS DA ROTA DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL ENTRE BRASIL, PARAGUAI, ARGENTINA E CHILE

3) APLICAÇÃO DA TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO A CRIMES CIBERNÉTICOS DO TIPO RANSOMWARE

4) ENTRE O ESTADO DE NATUREZA HERMENÊUTICO, A CRISE IDENTITÁRIA DA JURISDIÇÃO E A JURISDIÇÃO LÍQUIDA: O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA DECISÃO JUDICIAL COMO MECANISMO DE AMPLIFICAÇÃO DA CULTURA INQUISITÓRIA NO PROCESSO PENAL

5) OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O ACESSO A DADOS DIGITAIS NO PROCESSO PENAL A PROTEÇÃO DOS DADOS DIGITAIS NA ESFERA PROCESSUAL PENAL

6) O DIREITO PENAL ECONÔMICO DO FUTURO: UMA APROXIMAÇÃO DE CONCEITOS REFERENTES AO ILÍCITO PENAL ECONÔMICO, AO FUNDAMENTO ONTOANTROPOLÓGICO E AOS ESTUDOS DA NEUROCIÊNCIA

7) HÁ AUTOR DETRÁS DA MÁQUINA?: A AUTORIA CRIMINAL NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

8) O FUTURO PRÓXIMO DOS VEÍCULOS AUTÔNOMOS: A TEORIA DA CAUSALIDADE ADEQUADA E CONSEQUENTEMENTE O DILEMA DA IMPUTAÇÃO PENAL

9) A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS E O DELITO DE TRÁFICO DE ANIMAIS.

GT 11 - JUSTIÇA NEGOCIADA E DIREITO PREMIAL: NOVOS FUNDAMENTOS OU NOVOS INSTRUMENTOS PARA A JUSTIÇA PENAL?

SALA 611 (PRÉDIO 40)

Horário: 13h30 às 17h30

Coordenadores(as):

- Felipe da Costa De-Lorenzi
- Marcelo Buttelli Ramos
- Michelle Barbosa de Brito

1) DA INCOMPATIBILIDADE DO SISTEMA CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL PORTUGUÊS COM O INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA - UMA ANÁLISE VINCADA NA ‘OPERAÇÃO LAVA JATO’

2) ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: UM DIREITO SUBJETIVO DO INVESTIGADO FRENTE À (DIS)PARIDADE DE ARMAS

3) ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E O JUIZ DAS GARANTIAS: A VOLTA DO JULGADOR PARA A INVESTIGAÇÃO

GT 12 - PROCESSO PENAL, DEMOCRACIA (D)LIBERAL E ESTADO DE EXCEÇÃO

SALA 610 (PRÉDIO 40)

Horário: 13h30 às 17h30

Coordenadores(as):

- Josué Justino do Rio
- Fábio Rocha Caliarí

1) O STF E O 8 DE JANEIRO: ENTRE A EXCEÇÃO E A DEFESA DA DEMOCRACIA

2) LAWFARE E FAKE NEWS: MANIPULAÇÃO DO SISTEMA LEGAL NA ERA DIGITAL

3) O JUIZ DAS GARANTIAS COMO FERRAMENTA EFETIVA DE COMBATE AO LAWFARE E MECANISMO DE PRESERVAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

GT 13 - TEORIA E PRÁTICA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

SALA 606 (PRÉDIO 40)

Horário: 13h30 às 17h30

Coordenadores(as):

- Daniel Achutti
- Raffaella Pallamolla
- Michelle Karen Batista dos Santos

1) JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EXECUÇÃO PENAL: DA (IN)CAPACIDADE DO SISTEMA RETRIBUTIVO PARA O PARADIGMA RESTAURATIVO

2) AS INSURGÊNCIAS ECOFEMINISTAS NO CAMPO E A LUTA POR JUSTIÇA: PENSANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA AMBIENTAL NO CONTEXTO DOS CRIMES PROVOCADOS POR EMPREENDIMENTOS DE MEGAMINERAÇÃO

3) NAS ENTRELINHAS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA: A INFLUÊNCIA DO FACILITADOR E DA LINGUAGEM NAS PRÁTICAS

4) DO ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL

5) JUSTIÇA RESTAURATIVA E SOCIOEDUCAÇÃO BRASILEIRA: POSSIBILIDADES NÃO RETRIBUTIVAS NO CONTEXTO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

6) JUSTIÇA RESTAURAÇÃO EM AÇÃO: AVALIANDO OS CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ BRASILEIROS

7) JUSTIÇA RESTAURATIVA AMBIENTAL E CRIMINOLOGIA: CONEXÕES E PERSPECTIVAS

GT 14 - DIREITO PENAL E ATIVISMO JUDICIAL

SALA 603 (PRÉDIO 40)

Horário: 13h30 às 17h30

Coordenadores(as):

- Rodrigo Moraes de Oliveira
- Fabio Roberto D'Avila

1) A ADPF 442 E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ENTRE A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E O ATIVISMO JUDICIAL

2) A QUESTÃO DA PENA E A DECISÃO JURÍDICA: UMA COMPLEXIDADE DA SOCIEDADE ATUAL

3) RESPONSABILIDADE PENAL OBJETIVA POR OMISSÃO IMPRÓPRIA E RESP No 1.641.743/PE: ANÁLISE E CRÍTICA À DECISÃO DO STJ

4) CRIMES DOS PODEROSOS E TÉCNICAS DE NEUTRALIZAÇÃO: UMA PESQUISA SOBRE PRÁTICAS CORRUPATIVAS NA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

5) A (IM)POSSIBILIDADE DA IMPARCIALIDADE JUDICIAL NA ESTRUTURA DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

GT 15 - A (COMPLEXA) INTERSECÇÃO ENTRE O DIREITO PENAL E DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

SALA 608 (PRÉDIO 40)

Horário: 13h30 às 17h30

Coordenadores(as):

- Marion Bach
- Isabela Maria Stoco

1) A RETROATIVIDADE DA NORMA BENÉFICA NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: O ÂMBITO DE PROTEÇÃO DO ART. 5º, INCISO XL, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

2) REFLEXÕES SOBRE O STANDARD PROBATÓRIO EM DECISÕES ADMINISTRATIVAS E PENAS: A NECESSIDADE DE COERÊNCIA ENTRE OS ÂMBITOS SANCIONATÓRIOS

3) OS INFLUXOS DO DIREITO PENAL NO DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: ENSAIOS SOBRE A NECESSÁRIA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GERAL DO DIREITO DISCIPLINAR

4) NORMAS PENAS EM BRANCO E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONCEITO DE ARMAS DE FOGO: UMA ANÁLISE DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR NO CONTEXTO DO PORTE ILEGAL DE ARMAS ATRAVÉS DE DECRETOS

GT 16 - VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

SALA 606 (PRÉDIO 40)

Horário: 8h30 às 12h

Coordenadores(as):

- Fernanda Bestetti de Vasconcellos
- Inezita Silveira da Costa
- Taísa Gabriela Soares

1) REGULACIONES DE GÊNERO E DESAFIOS PENAIIS E PROCESSUAIS PENAIIS NO CAMPO DOS CRIMES SEXUAIS: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL

2) VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: A INTERSECCIONALIDADE GÊNERO-RAÇA NO CRIME DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

3) INJUSTIÇA EPISTÊMICA E O JULGAMENTO MORAL DA MULHER COMO STANDARD PROBATÓRIO

4) OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES E OS IMPEDITIVOS INFORMAIS DE DENÚNCIAS DE OFENSAS PERANTE A LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006)

5) A IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ NO BRASIL E OS AVANÇOS E DESAFIOS IDENTIFICADOS PELO ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS NO MESECVI ENTRE 2016 E 2020

6) PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: ESTUDO DE CASO PARA NÃO REVITIMIZAÇÃO NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

7) GÊNERO, PROSTITUIÇÃO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE SOBRE O ACESSO À JUSTIÇA PELAS PROFISSIONAIS DO SEXO DE SÃO LUÍS, A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DO COLETIVO “POR ELAS EMPODERADAS”

8) A PALAVRA DA VÍTIMA E A SUA VULNERABILIDADE NOS PROCESSOS PENAIIS ENVOLVENDO ESTUPRO: REFLEXÕES SOBRE A VITIMIZAÇÃO SECUNDÁRIA A PARTIR DO CASO MARIANA FERRER

9) A ALTERAÇÃO LEGISLATIVA (LEI 14.550/2023) DA LEI MARIA DA PENHA E O ACERTO NA VALORAÇÃO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER

10) DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: ANÁLISE DOS CRIMES CONTRA A MULHER EM PELOTAS E SÃO LOURENÇO DO SUL

11) RECONHECIMENTO DE PESSOAS E A PALAVRA DA VÍTIMA NOS CRIMES SEXUAIS